

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME
(ORGANIZADOR)



**A EDUCAÇÃO COMO DIÁLOGO
INTERCULTURAL E SUA RELAÇÃO
COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Atena
Editora

Ano 2020

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME
(ORGANIZADOR)



**A EDUCAÇÃO COMO DIÁLOGO
INTERCULTURAL E SUA RELAÇÃO
COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
 Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
 Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
 Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
 Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
 Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
 Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Douglas Santos Mezacas -Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
 Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
 Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
 Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Me. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
 Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
 Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
 Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E724 A educação como diálogo intercultural e sua relação com as políticas públicas [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-58-4

DOI 10.22533/at.ed.584201903

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação – Inclusão social. I. Guilherme, Willian Douglas.

CDD 370.710981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “A Educação como Diálogo Intercultural e sua Relação com as Políticas Públicas” reuni pesquisas entorno de um debate atualizado e propositivo sobre a educação no Brasil. Apresentamos um conjunto de resultados e propostas que visam contribuir com a educação brasileira a partir de um diálogo intercultural e suas relações com as políticas públicas em educação.

São 108 artigos divididos em 5 Volumes. No Volume 1, os artigos foram reunidos em torno de temáticas voltadas para Políticas Públicas, Gestão Institucional e História e Desafios Socioeducacionais, totalizando 20 textos inéditos.

No Volume 2, os temas selecionados foram Educação Superior e Formação de Professores. São 21 artigos que chamam para um diálogo propositivo e instigante. O índice é um convite a leitura.

Compõe o Volume 3, 25 artigos em torno das temáticas Prática Pedagógica, Educação Especial e Interdisciplinaridade. Este volume é bem crítico e traz propostas inovadoras que merecem atenção especial do leitor.

O Volume 4 traz 20 artigos bem estruturados e também inéditos que discorrem sobre práticas e propostas para a prática do uso das tecnologias em espaço escolar e da Educação de Jovens e Adultos.

Fechamos a obra com 22 artigos selecionados para o Volume 5, agrupados em torno das temáticas do Ensino Fundamental, da Educação Infantil e de Gênero e Racismo.

A obra “A Educação como Diálogo Intercultural e sua Relação com as Políticas Públicas” está completa e propõe um diálogo útil ao leitor, tanto no desenvolvimento de novas pesquisas quanto no intercâmbio científico entre pesquisadores, autores e leitores.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

CAPÍTULO 1	1
A ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES À ANÁLISE DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS	
Wellyngton Chaves Monteiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5842019031	
CAPÍTULO 2	8
A LEI 11.645/2008 E O ENSINO DE HISTÓRIAS E CULTURAS INDÍGENAS NO ENSINO FUNDAMENTAL I NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS, BRASIL	
Adriano Toledo Paiva	
DOI 10.22533/at.ed.5842019032	
CAPÍTULO 3	21
AS PERSPECTIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: OS ESTUDOS DESENVOLVIDOS SOBRE O SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU) NA REDE UNIVERSITÁRIA/BR	
Júlia da Silva Rigo Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.5842019033	
CAPÍTULO 4	34
AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: PROVA BRASIL HISTÓRIA: CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS	
Arcielli Royer Nogueira Adrian Alvarez Estrada	
DOI 10.22533/at.ed.5842019034	
CAPÍTULO 5	46
IMPLANTAÇÃO DO PNAIC EM SÃO PAULO: UM ESTUDO DE CASO	
Josi Carolina da Silva Leme Maria Iolanda Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.5842019035	
CAPÍTULO 6	54
O “JEITINHO” PARA ACABAR COM A CORRUPÇÃO: #HONESTIDADE	
Expedita Estevão da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5842019036	
CAPÍTULO 7	67
TRABALHO E EDUCAÇÃO DE JOVENS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA/PR	
Liliane Pinheiro Patrícia Correia de Paula Marcoccia	
DOI 10.22533/at.ed.5842019037	

CAPÍTULO 8 75

VIOLÊNCIA POLICIAL NA PERIFERIA: QUE CONTRAPONTO? - UM ESTUDO DE CASO ENTRE LISBOA E O RIO DE JANEIRO

Elisabete Eugénia Pinto dos Santos Pessanha Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.5842019038

GESTÃO INSTITUCIONAL

CAPÍTULO 9 88

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DOS PROCESSOS EDUCACIONAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Patrícia de Lemos Negreiros Tavares

Fernanda Nascimento Severo

Heraldo Simões Ferreira

Deborah Ximenes Torres Holanda

José de Siqueira Amorim Júnior

Maciel Nascimento de Araújo

Tobias Junior do Bomfim Ferreira

Raphaela Mota Feitosa Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.5842019039

CAPÍTULO 10 96

BULLYING E SEUS PRATICANTES: A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES

Telma Antunes Dantas Ferreira

Katarina Pereira dos Reis

Matheus Ramos da Cruz

Ulhiana Maria Arruda Medeiros

Pâmella Cristina Dias Xavier

José Antonio Vianna

DOI 10.22533/at.ed.58420190310

CAPÍTULO 11 104

O COORDENADOR PEDAGÓGICO E SUAS PROPOSIÇÕES FORMATIVAS: REFLEXOS NO TRABALHO DOCENTE

Victoria Mottim Gaio

Camila Macenhan

Jaqueline de Moraes Costa

Karine Ferreira Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.58420190311

CAPÍTULO 12 117

O ESPAÇO DO PROFESSOR REFLEXIVO E PESQUISADOR NA BNCC

Wiusilene Rufino de Souza

Rosangela Duarte

Lucas Portilho Nicolleti

Ênia Maria Ferst

DOI 10.22533/at.ed.58420190312

CAPÍTULO 13 128

PROJETOS DE EXTENSÃO: DA UNIVERSIDADE A COMUNIDADE

Aline Fernanda Ventura Sávio Leite
Joyce Mary Adam

DOI 10.22533/at.ed.58420190313

HISTÓRIA E DESAFIOS SOCIOEDUCACIONAIS

CAPÍTULO 14 139

A REFORMA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO PROPOSTA POR SEUS PROFESSORES, ALUNOS E FUNCIONÁRIOS EM 1968

Macioniro Celeste Filho

DOI 10.22533/at.ed.58420190314

CAPÍTULO 15 152

A RELAÇÃO ENTRE, OS “NOVOS ENCLAVES FORTIFICADOS” NO SUBÚRBIO CARIOCA E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE ESPETÁCULO

Claudio Jorge da Silva Soares

DOI 10.22533/at.ed.58420190315

CAPÍTULO 16 165

O TRATAMENTO HISTÓRICO CONCEITUAL DA COERÇÃO NA EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS DE FREUD, SKINNER E FOUCAULT

Géssica de Souza Zuliani
Giseli Monteiro Gagliotto

DOI 10.22533/at.ed.58420190316

CAPÍTULO 17 180

INFÂNCIA E CONSUMO: UMA ANÁLISE DOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO INFANTIS NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Alane Delmondes Nóbrega
Atiane Leles Magalhães
Fernanda Letícia Sousa Lima
Mariane Barbosa Matos
Paulo Henrique Albuquerque do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.58420190317

CAPÍTULO 18 187

O FESTEJO DAS SANTAS ALMAS BENDITAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA MORRO SÃO JOÃO EM SANTA ROSA DO TOCANTINS, BRASIL

Valdir Aquino Zitzke

DOI 10.22533/at.ed.58420190318

CAPÍTULO 19 197

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E SOCIOBIODIVERSIDADE EM ORIXIMINÁ: QUANDO O ORDENAMENTO TERRITORIAL PRODUZ O CONFLITO

Wilson Madeira Filho
Wagner de Oliveira Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.58420190319

CAPÍTULO 20	213
VISITA TÉCNICA COMO AÇÃO CONSTRUTIVA PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM	
Valclides Kid Fernandes dos Santos	
Sandra Regina Gregório	
Nilton Paulo Ponciano	
DOI 10.22533/at.ed.58420190320	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	227
ÍNDICE REMISSIVO	228

A REFORMA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO PROPOSTA POR SEUS PROFESSORES, ALUNOS E FUNCIONÁRIOS EM 1968

Data de aceite: 11/03/2020

Macioniro Celeste Filho

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho”

UNESP – Faculdade de Ciências – Bauru – SP
<http://lattes.cnpq.br/4837831739771633>

* Versão preliminar deste trabalho foi publicada originalmente pela Revista Brasileira de História da Educação, v. 17, n. 1 [44], p. 200-233, jan.-mar. 2017.

THE REFORM OF THE UNIVERSITY OF SAO PAULO PROPOSED BY HIS TEACHERS, STUDENTS AND STAFF IN 1968

Em seus muitos anos de vida, a Universidade de São Paulo passou por diversas crises. Provavelmente, a Reforma Universitária tenha sido uma de suas piores. Contudo, às vezes esquecemos as soluções encontradas pelos membros da Universidade de São Paulo para atravessar e equacionar tais situações. É propósito deste texto apresentar as contribuições de professores, alunos e funcionários da Universidade de São Paulo em meados de 1968 para a reconfiguração desta instituição. A concepção da comunidade acadêmica sobre a USP foi preservada na

vasta documentação de sua reforma. Este registro encontra-se arquivado como Processo da Reitoria da Universidade de São Paulo 29714/66.

A Reforma Universitária era uma das chamadas reformas de base do governo João Goulart. Em 1961, no início de seu mandato, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – estabeleceu os princípios elementares da reorganização universitária a ser em breve desencadeada. Concomitante à LDB, também em 1961, a institucionalização inédita da Universidade de Brasília apontava o rumo a ser adotado pelas universidades no Brasil. Em fevereiro de 1963, organizado pelo Ministério de Educação e Cultura, ocorreu em Brasília o Simpósio sobre a estrutura das Faculdades de Filosofia. O encontro dos principais diretores destas faculdades funcionou como marco inicial da iminente Reforma Universitária. Representando a USP, participaram deste simpósio Florestan Fernandes e Paulo Sawaya (1963, p. 342-343). Em seu último discurso sobre o tema, João Goulart (1964, p. 1) defendeu que os diversos cursos superiores fossem divididos em dois ciclos: básico e profissional. Apontou também a necessidade de ampliação das vagas nestes

curso. O golpe de estado de 1964 interrompeu momentaneamente a reestruturação das universidades brasileiras. O debate sobre a Reforma Universitária foi retomado em 1965 por iniciativa do Conselho Federal de Educação, principalmente por insistência de Maurício Rocha e Silva (1965, p. 16), membro do CFE e então também presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, além de catedrático de Farmacologia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da USP.

A Comissão de Reestruturação da Universidade de São Paulo foi criada em 14 de outubro de 1966. Em 1968, após a violenta invasão estudantil à reitoria da USP em 12 de junho, esta comissão foi pressionada a apresentar o quanto antes sua proposta de reforma. Isto ocorreu em 26 de junho de 1968, com a divulgação do *Memorial sobre a reestruturação da Universidade de São Paulo* (USP, 1968a). Esta proposta de reestruturação foi analisada detalhadamente por Luiz Antônio Cunha (1988, p. 137-153). Em linhas gerais, o documento evitava dividir as futuras unidades da universidade usando como características a pesquisa teórica ou formação profissional. Ambas as funções deveriam ocorrer nos institutos que substituiriam todas as unidades anteriores da USP. Os novos institutos se comporiam em departamentos, em substituição às cátedras. Seriam formados dezessete institutos, abrangendo as diversas áreas do saber. Seria criada uma Câmara Curricular para a apreciação dos currículos dos diversos cursos da universidade.

Em 1 de julho de 1968, Mario Guimarães Ferri, reitor em exercício, em mensagem de esclarecimento propôs que o *Memorial* devesse ser discutido pelos Conselhos Departamentais ou pelas Congregações das diversas unidades da USP. O Conselho Universitário estabeleceu calendário destinando o mês de julho para o exame do *Memorial*. “No mês de agosto, serão realizados debates com integrantes dos corpos docentes e discentes” (USP, 1968b, p. 7). A análise do *Memorial* e as sugestões para a Reforma Universitária deveriam ser enviadas à Reitoria até 18 de setembro de 1968. No entanto, a Reitoria e o Conselho Universitário não especificaram os mecanismos para a realização dos debates com integrantes dos corpos docentes e discentes. Isso seria incumbência das diversas unidades. Algumas delas debateram o *Memorial* apenas no âmbito de sua Congregação. Outras criaram comissões paritárias de professores e alunos, com número equivalente de seus membros e alguma representação mínima dos funcionários. Outras unidades simplesmente ignoraram o comunicado do reitor e do Conselho Universitário.

A USP era composta então por 17 faculdades e 11 institutos (como o Instituto de Estudos Brasileiros, Instituto de Biologia Marinha, Instituto de Pré-História etc.). Das 28 unidades da USP, 19 elaboraram propostas para a sua reforma. Algumas unidades da USP reagiram negativamente às propostas de reformulação institucional contidas no *Memorial*. Entre as quatro faculdades que não se manifestaram, estavam duas das mais importantes e tradicionais unidades da universidade. A Faculdade de Direito

e a Faculdade de Medicina não se deram ao trabalho de responder à solicitação do reitor e do Conselho Universitário. Ignoraram a existência do *Memorial sobre a reestruturação da Universidade de São Paulo*. As outras duas faculdades silenciosas foram a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e a Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Existe a possibilidade de que a contribuição destas unidades tenha se perdido. Contudo, devido à importância do tema, isto é pouco provável. O que não significa que não tenha ocorrido ampla discussão sobre a Reforma Universitária nestas faculdades, mas apenas que tal debate não resultou num encaminhamento oficial de proposta institucional à Reitoria da USP.

Entre as unidades que se manifestaram contra o *Memorial*, a Congregação da Faculdade de Medicina Veterinária defendeu explicitamente que tudo continuasse como estava. Se fosse absolutamente necessária alguma alteração, ela deveria ser implementada somente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FMV, 1968, p. 687). A recusa mais lacônica em debater as propostas do *Memorial* foi enviada pela Faculdade de Farmácia e Bioquímica:

A Congregação da Faculdade de Farmácia e Bioquímica, reunida para oferecer subsídios à reestruturação da Universidade de São Paulo, decide apresentar o seu repúdio aos princípios teóricos e de estrutura apresentados para a Universidade de São Paulo no *Memorial sobre a reestruturação da Universidade de São Paulo*, considerando-o alheio ao seu pensamento. (FFB, 1968, p. 710)¹

Entretanto, a maioria das unidades aprovava as ideias reformistas do *Memorial* e detalhava com propostas inovadoras como a USP deveria ser reestruturada. Enfim, sob a ótica de seus professores, alunos e funcionários, como deveria se constituir a Universidade de São Paulo? As propostas não foram consensuais. Optou-se por destacar aqui as formulações mais recorrentes nos diversos documentos enviados à Reitoria em meados de 1968. Serão também apresentadas as reações discordantes de algumas unidades à tais propostas.

Existe uma proposta que é consensual entre as diversas unidades da USP: a necessidade legal de fixação de um percentual do orçamento do Estado, ou de seus impostos, para a efetivação da autonomia financeira da universidade. A maioria das unidades afirmava isto. Entre vários exemplos possíveis:

A Universidade deverá contar com os meios indispensáveis para a sua missão, correspondentes a um percentual mínimo, fixo em relação ao orçamento financeiro anual do Estado de São Paulo. (FO, 1968, p. 729)

É apropriado ressaltar que esta reivindicação foi conquistada a duras custas somente duas décadas depois de ter se tornado consensual na USP.

Existe uma lógica comum a aproximar as propostas de várias unidades.

¹ Para facilitar as referências, os nomes das unidades da USP são mencionados por suas siglas. Ao término do texto, nas referências, tais siglas também serão adotadas.

Sinteticamente, muitas delas acreditavam ser viável efetivar a substituição de todas as faculdades da USP por Institutos. Isto não seria apenas formal, mas mudança substancial. Os Institutos ministrariam simultaneamente disciplinas básicas e disciplinas profissionais. Haveria flexibilidade curricular para o aluno frequentar disciplinas em Institutos diferentes. A formação profissional seria dada por um número limitado de disciplinas. Com isto, a flexibilidade curricular proporcionaria formação profissional para carreiras novas, uma necessidade social premente. Isto não seria incompatível com a formação profissional tradicional, revitalizando a formação nas carreiras profissionais antigas, pois seus alunos circulariam entre diversos Institutos ao cursar várias disciplinas optativas. A coesão da universidade seria resultado palpável destas mudanças. Para organizar esta reforma e se constituir como um de seus pilares, seria necessária a criação da Câmara Curricular, órgão gestor das mudanças dos currículos universitários.

A proposta da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, aprovada por sua Congregação, exemplifica esta visão da universidade a ser criada com a reforma:

Na Universidade integrada [...] não deverá haver faculdade alguma, mas apenas Institutos. Por quê? Porque a Faculdade, como é comumente entendida – e esse entendimento é justificado pela tradição – é, de certo modo, um estabelecimento completo, com uma destinação particular e específica. As faculdades tendem a viver uma ao lado da outra, cada uma delas voltada para esse fim específico que se realiza autarquicamente, sem que se estabeleça uma real convivência, em termos de ensino ou de investigação. O Instituto, como é aqui concebido, só se justifica, ao contrário, pela sua inter-relação com os demais, já que nenhum persegue um fim separado dos demais: eles cumprem, articuladamente, uma tarefa comum de investigação e ensino, já que estão todos referidos à unidade do saber. (FCEA, 1968, p. 515)

Havia um sentimento de diferenciação entre as três unidades que existiam anteriormente à fundação da USP – a Faculdade de Direito, a Escola Politécnica e a Faculdade de Medicina – e as demais unidades criadas ou incorporadas desde 1934. As três unidades mencionadas eram tradicionais na formação profissional. A transformação de todas as unidades em Institutos, tanto com formação profissional como básica, visava diminuir a sensação de que algumas unidades seriam mais ou menos importantes do que as outras. Buscar a equivalência na forma de Institutos era uma maneira de romper com esta distinção. Portanto, não caberia a diferenciação entre Institutos profissionais e Institutos básicos, senão tudo continuaria como estava.

Institutos com formação básica e profissional, simultaneamente, seriam a premissa para a universidade integrada, para currículos flexíveis e para maior autonomia dos alunos na condução de sua carreira universitária:

O aluno da Universidade – e não deste ou daquele Instituto – seguindo o ensino das disciplinas em mais de um Instituto, encontrará no currículo a unificação dos seus estudos. E, como haverá múltiplas disciplinas integrantes de diferentes currículos, sem excessiva dificuldade o estudante poderá transferir-se de um para outro currículo, aproveitando os estudos já feitos, corrigindo, a qualquer momento, uma opção que venha a resultar insatisfatória. (FCEA, 1968, p. 520)

A visão de que o aluno entraria para a universidade e não para este ou aquele Instituto, podendo circular entre unidades diferentes, era compartilhada por muitos integrantes da USP. Porém, havia outra concepção universitária concorrente. Algumas unidades da USP propuseram que existissem disciplinas básicas, oferecidas em Institutos básicos e, separadamente, formação profissional proporcionada em Institutos profissionais, aos moldes da Universidade de Brasília. Para tanto, não se propunha uma ampla reforma em todas as unidades da USP, bastaria o desmembramento de sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras para a criação de Institutos básicos. As demais unidades profissionais contariam com alguma formação básica de seus alunos nestes novos Institutos. Porém, permaneceriam exclusivamente como unidades de formação profissional, não carecendo nem de mudança de suas tradicionais denominações para transformá-las em Institutos.

Eram duas visões diferentes, antagônicas. O embate entre estas duas concepções – Institutos equivalentes e interdependentes na formação acadêmica ou Faculdades de formação profissional autônomas, convivendo paralelamente com Institutos básicos – foi determinante para a configuração da universidade que se pretendia reinventar.

Além da transformação das unidades da universidade em Institutos, outro dos temas recorrentes nas propostas das diversas unidades foi a necessidade de implantação de currículos flexíveis nos cursos da USP:

A flexibilidade dos currículos será a principal característica do ensino oferecido pela Universidade. [...] A flexibilidade dos currículos, bem como sua revisão anual, constituem condições essenciais ao sistema de reestruturação proposto, a fim de possibilitar maior integração do ensino dentro da Universidade e permitir transferências de acordo com o número de vagas por disciplina. (ESALQ, 1968, p. 638)

Segundo esta visão, o mercado de trabalho ganhara tal dinamismo que a formação tradicional na universidade não dava mais conta das transformações vertiginosas do período. O aluno, como cidadão e também como futuro profissional, tinha novas expectativas. Ele demandava mais liberdade de escolha no sistema universitário. A flexibilidade curricular sanaria a carência de sinergia entre um aluno desejoso de maior autonomia e o mercado profissional em contínua mutação:

[Os currículos] devem ser flexíveis, para poderem atender às diferentes nuances da demanda profissional; para que o aluno tenha a possibilidade de uma escolha que

melhor atenda suas capacidades e seus objetivos, quer como cidadão, quer como futuro profissional. [...] Para atenderem o requisito de flexibilidade, [os currículos] devem permitir uma elevada percentagem de disciplinas optativas, reduzindo ao mínimo, compatível com a formação integrada dentro de cada curso, o número de disciplinas obrigatórias. (FCEA, 1968, p. 487)

Com a flexibilidade curricular, a universidade se diversificaria, tendo condições de formar concomitantemente tanto profissionais quanto cientistas. Institutos equivalentes e interdependentes na formação profissional e currículos flexíveis eram dois lados da mesma moeda. O que esta concepção vislumbrava era que além de formação profissional, esta nova configuração universitária também seria mais propícia para a formação científica.

Porém, esta nova percepção de uma lógica profissional flexível exigiria uma mudança não só na USP, mas em toda a sociedade, pois o mercado de trabalho de profissões tradicionais era bastante estático. Ao adotar a flexibilidade curricular, a USP teria que induzir a uma mudança geral na concepção profissional do país:

Embora a legislação vigente a respeito dos currículos mínimos para as profissões regulamentadas signifique por um lado um mínimo de uniformidade nos currículos, por outro, pode significar uma limitação aos fins que se propõe a nova Universidade. Desta forma, cremos que, no estabelecimento dos currículos da Universidade, não deve ser considerada como inalterável esta legislação, buscando-se, porém, ajustá-la sempre às necessidades que surjam pela evolução da realidade social. (FCEA, 1968, p. 520)

Usando de uma analogia anacrônica, era como se lutar contra as corporações de ofício, como o liberalismo francês fez no século XVIII, fosse um embate apropriado para modernizar o país. A flexibilidade curricular e a criação de um mercado profissional dinâmico resultariam na revolução cultural, econômica e social do Brasil.

A liberdade de inovação poderia emergir nas disciplinas a serem criadas como parte não obrigatória dos currículos de cada curso, portanto a necessidade de abrir espaço para as disciplinas optativas. Alunos conservadores teriam a formação profissional tradicional. Entretanto, alunos inovadores teriam sua criatividade abrigada em disciplinas de sua livre escolha. Esta combinação resultaria tanto na formação de profissionais inovadores como em incentivo às carreiras científicas. A universidade integrada seria capaz desta tripla possibilidade de formação acadêmica.

O equilíbrio curricular entre estas três possibilidades de carreira universitária – formação profissional tradicional, formação profissional inovadora e formação científica – seria dado por um órgão institucional inédito, a Câmara Curricular:

A Câmara Curricular estabelecerá o currículo básico para cada curso oferecido pelo *campus*. O número total de créditos de cada currículo básico deverá oscilar entre 70 e 75% do mínimo total de créditos correspondentes a cada curso. Os créditos não constantes do currículo básico devem ser escolhidos pelo aluno, que terá à sua disposição um orientador. (EESC, 1968, p. 467 verso)

A Câmara Curricular era fundamental para a nova configuração que alguns setores da instituição almejavam para a USP.

As faculdades que eram refratárias à transformação de todas as unidades da USP em Institutos interdependentes na formação profissional foram coerentemente contrárias à criação da Câmara Curricular:

[A Escola Politécnica] considera inaceitável a fixação dos *curricula* dos cursos por uma Câmara Curricular, formada por representantes de todos os Institutos da Universidade, muitos dos quais atuando em áreas sem nenhuma conexão com as ciências exatas e a tecnologia, e na qual [a Escola Politécnica] teria apenas um representante. (EP, 1968, p. 753)

A disputa entre concepções antagônicas para a Reforma Universitária, isto é, Institutos interdependentes ou Faculdades autônomas; currículos flexíveis ou organização curricular profissional prioritária; universidade integrada ou universidade conglomerada, somente poderia ser decidida pela pressão do movimento estudantil. Neste sentido, uma das estratégias vislumbradas por algumas unidades para implantação de suas propostas, principalmente para as unidades que analisaram o *Memorial* em comissões paritárias, era a conquista de representação estudantil significativa nos órgãos de poder a serem criados com a reforma. Não se concebia administração paritária, mas decisões institucionais paritárias:

Uma Universidade que pretenda exercer função crítica não pode ser gerida por uma direção imposta. Cabe a ela própria dirigir-se, isto é, fazer com que todas as decisões sobre a sua função e objetivos, como as respectivas consequências práticas, sejam tomadas e efetivadas em seu âmbito pelos que a integram: professores e alunos, assegurada a participação do pessoal técnico e administrativo, que devem pensar os objetivos da Universidade e executar todas as medidas para a concretização dos mesmos. [...] Não se trata de negar a existência de problemas especificamente técnicos, nem a desigualdade de competências. Não se pretende em absoluto que todas as tarefas possam ser exercidas por quaisquer professores ou alunos. O que se pretende é que assembleias e colegiados paritários decidam como devem ser distribuídas as responsabilidades através das diferentes funções. Neste sentido, a participação paritária dos estudantes não virá questionar a hierarquia real do saber; virá antes valorizá-la e protegê-la da hierarquia administrativa e burocrática. (FFCL, 1968, p. 737)

A situação dos funcionários da USP foi tema pouco explorado nas propostas enviadas à Reitoria, com raras menções:

No plano da administração cumpre conferir autonomia e efetiva capacidade de realização técnica aos funcionários, em todos os níveis hierárquicos. A atual ordem institucional é anômala, porque ela estende a onipotência do professor às funções para as quais ele não está (nem poderia estar) preparado, gerando uma tutela tão extravagante quão perniciosa, que priva os funcionários do grau de responsabilidade e do poder de decisão de que necessitam para realizar com eficácia os seus papéis específicos. Nesse nível, a rebelião ainda não surgiu nem mesmo em forma larvar. O funcionário, até quando se acha em “posição de chefia”, vê-se e é representado como um “subordinado”, alguém que deve obediência ao

professor inclusive em assuntos que escapam à rotina da administração escolar. No entanto, muitos aspectos da intermitente “crise da USP” lançam raízes e se explicam por esse lapso institucional, que anula ou restringe a contribuição construtiva que os funcionários poderiam dar para a modernização e a racionalização dos vários serviços da instituição. (FERNANDES, 1968, p. 454)

Como o *Memorial* propunha a organização universitária em Departamentos, em detrimento das Cátedras, a carreira docente foi tema das propostas de reformulação da USP. Ao criticar o *Memorial*, a descrição da carreira acadêmica feita por Florestan Fernandes (1968, p. 445-446) ainda conserva grande tenacidade:

Absorvemos, aos poucos, todos os títulos das demais universidades do mundo moderno – primeiro, o de doutor e de professor por concurso de cátedra; depois, o de livre-docente; mais tarde, o de mestre. Assim, misturamos todos os títulos da tradição universitária europeia e norte-americana. Não obstante, trata-se mais de uma corrida de obstáculos, que de uma tentativa de organizar frutiferamente o pensamento criador e inventivo. Por isso, ela institui a devastação improfícua da inteligência, sem fomentar uma emulação dos espíritos para as obras ou realizações de real envergadura. No fundo, o talento vinga à revelia desse sistema de torturas sem paralelo, que compele o “universitário” a inverter os melhores anos de sua vida em trabalhos frequentemente destituídos de significação efetiva para o progresso do conhecimento humano. O pior é que o padrão de carreira assim alicerçado lança raízes numa compreensão estamental do “professor universitário” e gera, por sua vez, privilégios de caráter estamental. Em consequência, a carreira só é “aberta” e “competitiva” na aparência. No fundo, todo docente se converte num ente privilegiado, que não pode ser destituído de seus privilégios mas que pode aumentá-los, ampliando as margens de sua nobilitação pela acumulação de títulos. Por mais que se preze, na USP, esse padrão de carreira ao qual ela infundiu o máximo de seriedade possível e institucionalizou legalmente, é óbvio que não podemos defendê-lo seriamente e, muito menos, supor que através dele chegaremos à universidade integrada e multifuncional. Desviando a melhor parte de suas energias criadoras para enfrentar e vencer tantas provas sucessivas, é pouco provável que, salvos casos excepcionais, existam intelectuais com ardor suficiente para preencherem diversas funções educacionais ou culturais simultâneas segundo exigências muito elevadas. A rotina, por excesso de ambição, engendra o oposto da emulação criadora e fecunda: a simulação como meio de valorização intelectual e como alternativa para a ausência de critérios verdadeiramente universitários de recrutamento ou promoção do pessoal docente e de pesquisa. [...] O que se deve salientar, e esse vem a ser um risco que a coletividade correrá fatalmente, é que o sistema atual de carreira institui a mediocrização forçada. Se não nos livrarmos dele, acabaremos girando em círculos, corrompendo a universidade integrada e multifuncional por falta de coragem para fazer da “carreira universitária” o que ela deve ser: um meio para recrutar os melhores talentos para as lides criadoras mais complexas da transmissão e da invenção de cultura.

A extinção do sistema de Cátedra parecia ser consensual na USP. Ao menos, ninguém defendeu a sua permanência nas propostas enviadas à Reitoria:

Quanto à unidade funcional de todo o sistema universitário, entendemos que ela deve ser realmente o Departamento. [...] Compreendemos como inadequada a permanência da Cátedra, pois a carreira universitária deve ser aberta a todos quantos, por seus méritos intelectuais e por sua dedicação e trabalho, consigam galgar seus difíceis degraus. (FOB, 1968, p. 535)

A recomendação apresentada no Memorial da Comissão de Reestruturação, de

se extinguir a Cátedra é integralmente aceita, tendo em vista a estruturação da carreira que deve ser feita no âmbito dos Departamentos. (ESALQ, 1968, p. 650)

A extinção das cátedras implicaria necessariamente numa reforma do currículo dos diversos cursos que vinculavam sua estruturação àquele sistema. Daí a importância dada no *Memorial* e por várias unidades à criação da Câmara Curricular. Ou, alternativamente, à defesa de que as unidades de formação profissional, de maneira autônoma, pudessem estabelecer seus próprios currículos. Estas duas possibilidades eram inconciliáveis.

Com a Reforma Universitária não se buscava somente a extinção das cátedras, mas a efetiva construção de uma carreira universitária. A reivindicação de dedicação exclusiva dos professores à universidade insere-se neste cenário de fortalecimento profissional do magistério superior:

Com relação à carreira docente, cinco pontos serão considerados básicos: 1) carreira aberta; 2) R.D.I.D.P. para o maior número possível de docentes; 3) avaliação periódica das atividades exercidas pelos docentes; 4) motivação dos elementos para a carreira docente; 5) remuneração condigna. (FHSP, 1968, p. 583)

As comissões paritárias das unidades dos *campi* do interior foram das mais ativas na redação de sugestões de aperfeiçoamento do *Memorial*. Foram além do documento original. Entre temas que afetavam diretamente seu ponto de vista sobre a USP, estava a necessidade de transformá-la concretamente numa universidade de todo o Estado de São Paulo:

[A USP] deve ser definida como uma Universidade de âmbito estadual [...], devendo ampliar cada vez mais os assim chamados “*Campus* do Interior”. (FOB, 1968, p. 530-531)

Para propiciar a expansão da USP no interior paulista, sugeriam que as faculdades isoladas do Estado fossem gradativamente incorporadas à universidade. Pretendia-se a criação de um sistema universitário paulista integrado:

O sistema isolado de ensino superior fere o conceito de Universidade, além de provocar uma dispersão de recursos, incompatível com o critério de racionalização do trabalho. Sugere-se a integração desse sistema, procurando aglutinar suas Faculdades na USP, criando assim, novos *campi*, na medida das necessidades e disponibilidades em pontos estratégicos do Estado. (ESALQ, 1968, p. 657)

Não se concebia a necessidade de criação em paralelo à USP de outras universidades públicas paulistas, como ocorreu posteriormente com a consolidação da UNICAMP ou a aglutinação de faculdades isoladas na UNESP. Pretendia-se que todas fizessem parte de uma única Universidade de São Paulo, com múltiplos *campi* em todo o Estado.

O Conselho Universitário da Universidade de São Paulo, a partir de setembro de 1968 dedicou-se à reestruturação da instituição. Foram formados grupos de trabalhos com temáticas específicas para organizar o processo de reformulação. Estes grupos de trabalho do Conselho Universitário receberam cópias das propostas enviadas à Reitoria pelas diversas unidades (USP, 1968c, p. 9).

Uma das principais propostas do *Memorial* e de grande parte das unidades, a que transformaria todas as unidades da USP em Institutos interdependentes na formação profissional dos alunos, dividiu o Conselho Universitário meio a meio. Por diferença de quatro votos, esta proposta foi derrotada em 5 de novembro de 1968 (USP, 1968d, p. 18)². Isto ocorreu na véspera da votação pelo Congresso Nacional do que se tornaria a Lei 5540/68, baliza da Reforma Universitária. Sucumbia aí o cerne das propostas inovadoras da Universidade de São Paulo.

Sem Institutos hierarquicamente equivalentes e interdependentes, inviabilizou-se a integração universitária e o livre fluxo dos alunos entre Institutos diferentes. Com isto, impossibilitou-se a flexibilidade curricular. Ainda assim, algumas das propostas progressistas foram aprovadas pelo Conselho Universitário em fins de 1968 e início de 1969, como a criação da Assembleia Universitária, por exemplo, com representação paritária de professores e estudantes (USP, 1969, p. 11). Para impedir a implantação de várias das propostas aprovadas pelo Conselho Universitário, com o AI 5 foram aposentados compulsoriamente o reitor que dirigia o processo de reformulação, Hélio Lourenço de Oliveira, e dezenas de professores protagonistas das discussões para a reforma da USP. A reestruturação da Universidade de São Paulo foi então bloqueada, revertida e interrompida.

A reforma da USP efetivamente executada pode ser resumida na extinção das cátedras e no desmembramento da sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras para a formação de Institutos básicos. Em 1969, a Comissão de Ensino Pesquisa e Extensão – CEPE – assumiu algumas das atribuições propostas para a Câmara Curricular. Contudo, ao incumbir muitas outras responsabilidades à CEPE, diluiu-se seu propósito exclusivo de organização dos cursos da USP. Isto impossibilitou a dinâmica de flexibilização dos currículos concebida para a Câmara Curricular. As funções da CEPE não foram nem pálida sombra do que se propunha com a articulação das diversas Comissões de Ensino na Câmara Curricular. Consequentemente, a integração universitária e a flexibilidade curricular, tendo por um de seus pilares a Câmara Curricular, foram mais uma vez abortadas.

Eduardo Moacir Krieger, um dos professores envolvidos na reforma da USP, resumiu os acontecimentos que levaram à derrota da reestruturação da instituição:

2 Para melhor compreensão do processo de reforma executado pelo Conselho Universitário da USP, é apropriada a leitura de CELESTE FILHO, 2013, p. 157-237.

A reforma que acabáramos de elaborar não era “comunista” nem muito menos subversiva; procurava-se, após longos estudos e debates, adaptar na USP, com lógica e certa racionalidade, as alterações universitárias já aprovadas em leis federais: abolição da cátedra, criação de departamentos, criação de institutos básicos para evitar duplicações etc. As principais diretrizes da reforma na USP já haviam sido delineadas por um grupo de trabalho presidido pelo Mario Guimarães Ferri, no Memorial Ferri, como era conhecido [o *Memorial sobre a Reestruturação da Universidade de São Paulo*]. Como as faculdades tradicionais houvessem “perdido” as áreas básicas para os institutos, era essencial o funcionamento da câmara curricular para estabelecer as disciplinas e coordenar a ministração dos currículos das várias profissões. Naturalmente, a nova universidade requeria que cada um dos *campi* da USP tivesse uma organização mínima semelhante àquela existente no *campus* da capital. Haveria colegiados da universidade integrando as atividades dos vários *campi*. As reações à reforma, e que colaboraram para que ocorressem as aposentadorias, incluindo-se a do reitor Helio Lourenço, provinham de duas fontes: os “conservadores”, que não se conformavam com as alterações previstas e os “oportunistas”, ansiosos para ocupar cargos e posições de mando na universidade. Estes eram os mais ativos e há fundadas suspeitas de que eram influenciados diretamente por Brasília. (OLIVEIRA, 1995, p. 58)

Florestan Fernandes (1984, p. 65), ao lamentar o fracasso da reforma da USP, afirmou que “a história não se repete. O que passou, passou. A oportunidade perdida não pode ser refeita”. Contudo, a compreensão das propostas da comunidade desta instituição, feitas num passado recente, pode iluminar equívocos persistentes na estruturação das universidades paulistas e nos ajudar, ao menos, a cometer erros novos.

Segundo Christopher Hill (2014, p. 215-216), ao analisar movimentos progressistas fracassados no passado, “não devemos dizer que as derrotas são vitórias. [...] Seus fracassos em convencer seus contemporâneos são o que devemos analisar e explicar. Isso pode nos ajudar a fazê-lo melhor na próxima vez. [...] Isso nos dará um sentido de solidariedade retrospectiva com tudo o que nos precedeu, e talvez, inclusive, esperança”. Em tempos de nova crise nas universidades públicas de São Paulo, a história, portadora de solidariedade e esperança, é aliada indispensável dos membros da comunidade universitária paulista.

REFERÊNCIAS

CELESTE FILHO, Macioniro. **A constituição da Universidade de São Paulo e a Reforma Universitária da década de 1960**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformanda**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

EESC – Escola de Engenharia de São Carlos. Fórum Universitário da EESC. **Processo da Reitoria da Universidade de São Paulo 29714/66**, 28/08/1968, v. 2, p. 460-471. Nas demais referências, este processo será abreviado por **Processo RUSP 29714/66**.

EP – Escola Politécnica. Pronunciamento da Congregação da Escola Politécnica. **Processo RUSP 29714/66**, 18/09/1968, v. 3, p. 752-756.

- ESALQ – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Memorial sobre a reestruturação da Universidade de São Paulo, elaborado pelos corpos docente, discente e administrativo da ESALQ. **Processo RUSP 29714/66**, 05/09/1968, v. 3, p. 631-657.
- FCEA – Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas. Grupo especial de trabalho para estudo dos problemas específicos da FCEA. **Processo RUSP 29714/66**, 29/08/1968, v. 2, p. 479-527.
- FERNANDES, Florestan. A reestruturação da Universidade de São Paulo. **Processo RUSP 29714/66**, 12/08/1968, v. 2, p. 431-459.
- FERNANDES, Florestan. **A questão da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FFB – Faculdade de Farmácia e Bioquímica. Ofício GS 1160/68. **Processo RUSP 29714/66**, 17/09/1968, v. 3, p. 710-713.
- FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Relatório sobre a reforma da Universidade de São Paulo da Comissão Paritária da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. **Processo RUSP 29714/66**, 18/09/1968, v. 3, p. 564-630.
- FHSP – Faculdade de Higiene e Saúde Pública. Parecer elaborado pela Comissão Mista de pessoal docente, discente e administrativo da Faculdade de Higiene e Saúde Pública sobre a Reforma Universitária. **Processo RUSP 29714/66**, 05/09/1968, v. 3, p. 564-630.
- FO – Faculdade de Odontologia. Relatório final da Comissão Paritária de estudos sobre a Reforma Universitária do Fórum Odontológico da Faculdade de Odontologia da USP. **Processo RUSP 29714/66**, 17/09/1968, v. 3, p. 726-733.
- FOB – Faculdade de Odontologia de Bauru. Documento elaborado pela Faculdade de Odontologia de Bauru, durante o Fórum e outras reuniões, sobre a reestruturação da Universidade de São Paulo. **Processo RUSP 29714/66**, 02/09/1968, v. 2, p. 528-535.
- GOULART, João. Reforma Universitária. **CAPES**, n. 136, março de 1964, p. 1-2.
- HILL, Christopher. Produção historiográfica: desafios e conjecturas, agendas para uma história alternativa. **História e Perspectivas**, número especial – História Social: E. P. Thompson (1924-2014), jan./junho de 2014 (o texto original é de 1986), p. 207-234.
- OLIVEIRA, Helio Lourenço de. **USP: 1968-1969**. São Paulo: EDUSP, 1995.
- SAWAYA, Paulo. As faculdades de Filosofia em face da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Ciência e Cultura**, v. 15, n. 4, dez. de 1963, p. 341-344.
- SILVA, Maurício Rocha e. Repercussões da LDB sobre a organização do ensino superior. **Documenta**, n. 38, junho de 1965, p. 9-21.
- USP – Universidade de São Paulo. **Memorial sobre a reestruturação da Universidade de São Paulo**. São Paulo: USP, 1968a.
- USP – Universidade de São Paulo. **Atas do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo**, livro 33, 600ª sessão, 1 de julho de 1968b.

USP – Universidade de São Paulo. **Atas do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo**, livro 34, 607ª sessão, 20 de setembro de 1968c.

USP – Universidade de São Paulo. **Atas do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo**, livro 35, 621ª sessão, 5 de novembro de 1968d.

USP – Universidade de São Paulo. **Atas do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo**, livro 37, 644ª sessão, 29 de abril de 1969.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acadêmicos 23, 27, 94, 128, 132, 133, 134, 136, 137

Adultização 180, 181, 184, 186

Agricultura familiar 67, 68, 69, 71, 72, 73, 214, 215, 219, 225

Alfabetização 16, 38, 39, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 135

Aprendizagem significativa 54, 64, 66

Avaliação 25, 26, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 51, 52, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 100, 122, 133, 138, 147, 199

B

Bullying escolar 96, 97

C

Capitalismo 156, 157, 163, 175, 176, 180, 200

Ciclo de políticas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

Coerção 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179

Comissão própria de avaliação 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95

Comunidade 15, 43, 47, 50, 54, 63, 76, 83, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 101, 105, 106, 111, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 149, 174, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 206, 207, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 225

Comunidades quilombolas 187

Congos 187, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196

Contexto socioeconômico 180, 185, 186

Contrapoderes 75

Coordenador pedagógico 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116

Corrupção 54, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63

D

Direitos humanos 75, 85, 86

E

Educação do campo 67, 70, 72, 73

Ensino superior 22, 23, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 47, 88, 89, 90, 94, 95, 128, 129, 147, 150

Escolarização 52, 70, 72, 180, 182, 183

F

Formação continuada 11, 15, 47, 48, 51, 52, 53, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 131, 132, 136

Formação de professores 27, 28, 32, 46, 47, 49, 51, 115, 121, 126, 127, 132

G

Geografia cultural 187

I

Indisciplina 97, 99, 100, 101, 102, 103, 113

Instrumentos avaliativos 89, 92, 93

Interdisciplinaridade 54, 66

Invenção da infância 180, 181, 182, 183, 184, 186

J

Jornal 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 77, 78, 79, 80, 85, 87, 103, 154

L

Letramento 46, 51, 52, 53

M

Método de pesquisa 1, 6, 224

N

Nobert elias 97

P

Perspectivas epistemológicas 165

Planejamento estratégico 88, 89, 90, 91, 92, 93, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 208, 209, 210, 212, 220

Políticas educacionais 1, 2, 3, 4, 5, 6, 36, 46, 53, 72

Professores 9, 10, 11, 13, 15, 16, 18, 19, 27, 28, 31, 32, 35, 41, 42, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 59, 96, 97, 98, 99, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 139, 140, 141, 145, 147, 148, 187, 195, 217, 218, 219, 224, 225

Professor reflexivo 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127

Projeto de extensão 128, 136, 137

S

Socialização 52, 96, 97, 100, 101, 171, 172, 174, 220

T

Tecnologias educacionais 54

Trabalho 4, 5, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 31, 32, 40, 41, 46, 47, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 88, 90, 92, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 132, 133, 135, 136, 137, 139, 141, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 156, 158, 167, 172, 175, 181, 185, 187, 189, 195, 199, 212, 213, 215, 216, 221, 224, 225

Trabalho docente 24, 49, 66, 104, 106, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 124, 127

U

Universidade 1, 8, 9, 12, 15, 21, 24, 25, 26, 28, 32, 33, 34, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 61, 67, 73, 74, 75, 87, 88, 90, 95, 96, 99, 102, 103, 104, 115, 117, 118, 128, 129, 132, 133, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 180, 181, 187, 195, 197, 207, 210, 213, 218, 227

V

Violência 18, 40, 58, 75, 76, 77, 80, 82, 83, 86, 87, 96, 97, 101, 102, 103, 135, 152, 160

 **Atena**
Editora

2 0 2 0